



A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Íris Mara Guardatti Souza^{1,2}, Regina Cohen^{1,3}, Patrícia Lameirão Campos Carreira^{1,4}, Angélica Fonseca da Silva Dias^{1,5}, Jean-Christophe Houzel^{1,6}

1- Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

2- Agência UFRJ de Inovação, PR2, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, UFRJ. 3- Núcleo PRO-ACESSO Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal, Faculdade de Arquitetura, UFRJ.

4- SAE Seção de Assistência ao Ensino. Museu Nacional, UFRJ.

5- Projeto de Gestão do Conhecimento, Acessibilidade e Fatores Humanos. Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais, UFRJ. 6- Projeto ReAbilitArte, Instituto de Ciências Biomédicas, UFRJ.

- contato@accessibilidade.ufrj.br -

RESUMO

Este artigo partiu do desejo de apresentar a experiência de implantação do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, tendo em vista o ainda incipiente número de iniciativas deste porte no Ensino Superior brasileiro. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o movimento de luta pela instituição de medidas relativas à acessibilidade e inclusão foi iniciado em 2006/7, e em 2016 recebeu sua primeira iniciativa que o instituiu oficialmente. Neste artigo, pretendemos contar como se deu esta trajetória e analisar alguns de seus desafios até a fundação do Fórum, na tentativa de compartilhar a experiência da maior universidade federal do país e de identificar maneiras de superação das referidas dificuldades. Na UFRJ, a presença de alunos, servidores técnico-administrativos e docentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação nunca foi estimada com precisão. Isto fazia com que as poucas ações estruturadas para o atendimento desta população fossem feitas de forma emergencial, e mesmo ‘artesanal’, pontualmente vinculadas à iniciativa de uma unidade, departamento ou individual, sem haver uma política institucional que desse conta desta problemática. Preocupados com esta questão, e incentivados pelas políticas públicas de inclusão do Ministério da Educação que, por meio das suas secretarias de Educação Superior (SESu), de Educação Especial (SEEsp), e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2005, lançou o primeiro Edital do Programa Incluir (Acessibilidade à Educação Superior, visando garantir o pleno acesso de pessoas com deficiências às Instituições Federais de Ensino Superior), um grupo de servidores técnico-administrativos e docentes, e alunos vinculados a diversas unidades e laboratórios de pesquisa da UFRJ decidiu elaborar um projeto para concorrer ao referido edital. Estas ações constituíram-se nos passos iniciais que, mais tarde, em 2015, originariam o Fórum aqui apresentado.

Inclusão; Acessibilidade; Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Ensino Superior



1- Introdução

Até recentemente, falava-se na “integração” das pessoas com deficiência na sociedade. A ideia de “integração” pressupunha que eram as próprias pessoas com deficiência (PcD) que deveriam se adaptar a um contexto social excludente, aos preconceitos e estigmas criados. Nessa lógica, o esforço que as PcDs deveriam fazer para se adaptarem a espaços com barreiras de acessibilidade fazia com que a falta de habilidade recaísse sobre elas, reforçando sua deficiência, sua incapacidade e sua desvantagem, caracterizando o que os teóricos e profissionais chamavam de “modelo médico de deficiência”. Esse contexto levava a uma maior segregação e tinha como resultado as medidas assistencialistas e caritativas com relação a esse segmento da população.

Atualmente, a lógica pode ser expressa pela adoção do lema “nada sobre nós, sem nós”, pelos movimentos das pessoas com deficiência em todo o mundo, que demarca o lugar de um movimento pela “inclusão ampla e irrestrita” e de “modelo social de deficiência” (BERNARDES e col., 2009). Um marco fundamental nesta mudança de definição e de percepção da deficiência é a ratificação pelo Brasil, em 2009, da Convenção pelos Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que esclarece que as "*Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas*". (BRASIL, 2009). A partir daí o Movimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência alcançou muitas conquistas e influenciou positivamente as sociedades, de forma que podemos dizer que nos últimos anos houve avanços significativos no modo como é percebida a pessoa com algum tipo de deficiência. As populações estão mais cômicas de que qualquer cidadão pode ter, em algum tempo de sua vida, temporária ou permanentemente, uma ou algumas necessidades.

Outra influência importante dos movimentos a favor dos direitos das pessoas com deficiências são os vários acordos e documentos internacionais, bem como leis, decretos, pareceres e resoluções nacionais, referentes aos direitos humanos e à educação que vêm estabelecendo a premissa da inclusão, gerando essas mudanças no tratamento da questão e trazendo possibilidades e desafios quanto à educação das pessoas com deficiência. Neste sentido, legislações e ações afirmativas foram criadas com o fim de garantir a acessibilidade e a inclusão da população em situação de exclusão em todos os espaços sociais. Dispositivos legais passaram a considerar o tema da acessibilidade, mais amplamente, a partir da Lei N° 10.098 (BRASIL, 2000), a qual estabelece



normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Muito recentemente, em janeiro de 2016, a Presidente Dilma Rousseff, ratificou a Nova Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (ou "Estatuto da Pessoa com Deficiência", BRASIL, 2015) que, no seu artigo 28, especifica muito claramente a obrigação da *"acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino"*.

Em que pese a propriedade da lei, a acessibilidade não se resume a barreiras arquitetônicas, tampouco são elas impostas apenas a pessoas com deficiência. Ainda é notória a presença de barreiras de toda a sorte que dificultam ou impossibilitam a plenitude do acesso e da permanência de todos em nossa Universidade, sem obstáculos. Neste sentido, é importante lembrar que uma pessoa com deficiência pode, embora não necessariamente, apresentar algumas dificuldades, que poderão trazer impedimentos em sua eficiência na sociedade. E que parte destas limitações pode ser abolida quando existe um ambiente favorável, onde há facilitadores como uma educação que se ajuste à sua realidade ou o uso de tecnologias para reduzir as dificuldades.

Assim, ações vêm sendo traçadas, no contexto brasileiro, a fim de que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passem a atuar na redução das desigualdades e promovam políticas de ações afirmativas. Com os investimentos que vêm sendo realizados, registra-se, nos últimos anos, um aumento de novas matrículas de discentes outrora excluídos. Particularmente, observa-se o crescimento da participação da esfera pública na oferta de vagas para discentes com necessidades especiais e dos investimentos públicos na área, através da criação de programas como o Incluir, o PROUni, o REUNI, e tantos outros do Ministério da Educação (MEC), que buscam inserir estas populações no ensino superior.

O presente artigo busca traçar o histórico de institucionalização das ações interdisciplinares de acessibilidade e inclusão da UFRJ, que vão na direção dos investimentos e esforços mencionados acima, desde a formação do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA) até a criação do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva.

Esse Núcleo procurou integrar e promover a interatividade entre diversas iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência já existentes em diferentes unidades da nossa Universidade. Além disso, buscou incluir discentes, pesquisadores, servidores docentes e técnicos-administrativos que se preocupavam com a temática da acessibilidade e inclusão, em atendimento ao Edital Incluir, lançado anualmente pelo MEC desde 2005. O objetivo principal deste Edital, o qual, por sua vez,





constituía uma das estratégias das políticas públicas de inclusão do referido ministério, era incentivar e promover ações para melhoria da acessibilidade nas universidades, tendo em vista ampliar a inclusão no ensino superior. Atualmente, ele foi incorporado pela Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) e a ela somou-se o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, o qual amplia, aprofunda e reorganiza as ações que se encontravam em desenvolvimento pela equipe do NIA por vislumbrar a necessidade de fortalecer, qualificar e expandir suas atividades. Veremos, a seguir, como se deu a constituição de cada uma destas instâncias.

2- A criação do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA) e a Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC)

A criação do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA) ocorreu em 2007, visando atender às exigências do Edital MEC/SESu/SEEsp Nº 3, de 26/4/2007, publicado no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2007, seção 3, página 31, para concorrer à seleção do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, que objetivava apoiar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade que promovessem ações para a garantia do acesso pleno às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, constituindo uma política de inclusão que tornasse acessíveis espaços físicos, portais, sítios eletrônicos, processos seletivos, práticas educativas, comunicações e avaliações, dando respostas concretas às diferentes formas de exclusão (BRASIL/MEC, 20013).

A proposta, naquele momento, foi integrar e promover a interdisciplinaridade e a interatividade entre as diversas iniciativas já existentes nas diferentes unidades da UFRJ com foco específico nas deficiências, por serem estes os sujeitos-alvo da educação especial, área do MEC que lançou o edital. Assim, o projeto para a criação do NIA foi aprovado e visou incluir os diferentes atores com atuação na área de acessibilidade e inclusão e pessoas com diferentes tipos de deficiência e/ou mobilidade reduzida nas atividades de Educação Básica e Superior e projetos de Extensão.

Tendo em vista o financiamento do MEC obtido pelo NIA para projetos nos anos de 2007, 2008 e 2009, o núcleo sustentou-se, ainda que sem apoio institucional concreto. Ele existia no papel, mas na prática, só realizava algumas ações em função do financiamento deste edital, que era pouco para o tamanho da UFRJ e não permitia a adoção de recursos cruciais, como por exemplo, o de contratar pessoal. Na verdade, o Núcleo funcionava com apenas uma servidora, que se



encarregava de juntar a todos em reuniões cuja frequência oscilava na medida das (im)possibilidades. Ainda em 2009, a mencionada servidora licenciou-se para terminar seu doutorado e o NIA sofreu uma desmobilização.

Em 2010, com o retorno da servidora, o grupo tentou, com grande esforço, retomar o Núcleo. Em que pesem as dificuldades de mobilização encontradas, entre outras, o grupo conseguiu chamar a atenção da gestão universitária de então, que o chamou para uma reunião, em 2011. Na ocasião, os participantes expuseram seus trabalhos e suas expectativas a respeito da consolidação do Núcleo como uma instância que, para além de oficial, deveria ser, também, institucionalmente reconhecida e ganhar visibilidade. Naquele momento, o grupo manifestou sua preocupação com as dificuldades em que o NIA esbarrava pela falta de reconhecimento de fato, para além do de direito, e alertou para a necessidade de que o mesmo se tornasse uma instância com maior status na estrutura da Universidade, preferencialmente, ligado diretamente à Reitoria. A proposta era que se transformasse o NIA (Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade) em uma Superintendência, vinculada ao Gabinete da Reitoria, com o objetivo principal garantir a acessibilidade plena e a inclusão das pessoas com deficiência nos espaços da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de ações institucionais afirmativas direcionadas à educação, saúde, assistência social e direitos humanos dessa população, eliminando barreiras atitudinais/comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Entretanto, essa proposta foi desconsiderada pela gestão anterior.

Por outro lado, foi criada a Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), à qual o NIA foi incorporado e que é composta pelas seguintes Seções: de Inclusão (ainda em estruturação), de Assuntos Comunitários e de Acessibilidade.

Das 3 seções que compõem a DINAAC, a seção de Acessibilidade é a que se encontra atualmente mais estruturada e possui como responsabilidade a criação de diretrizes, proposição e acompanhamento de ações para a adaptação dos diversos espaços da UFRJ, a fim de permitir o acesso universal para todos; promoção do ingresso e da permanência de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação ou ainda, as com mobilidade reduzida nos quadros docentes, discentes e técnicos administrativos em educação. A Seção é responsável, ainda, pela elaboração/fiscalização de projetos de adaptação dos espaços buscando a inclusão educacional, profissional e social dessa população.

Quanto à Seção dos Assuntos Comunitários, sua responsabilidade centra-se em criar diretrizes, propostas e acompanhar as ações que promovam acesso, permanência com sucesso e conclusão de



estudos, no caso dos estudantes, além de ocupar-se, também, com ações de melhoria de qualidade de vida de estudantes regularmente matriculados e servidores docentes e técnico-administrativos em educação da instituição.

Tendo em vista o acima narrado, referente a que a gestão do ano de 2011 não aprovou a ideia de transformar o NIA em uma Superintendência vinculada diretamente à reitoria, nem o NIA prosperou e tampouco a DINAAC alcançou a proposta de articulação institucional das iniciativas de acessibilidade e inclusão. O Fórum surge, assim, como amadurecimento e diferencial em relação aos esforços anteriores, como instância complementar ao trabalho da DINAAC, e é dele que se ocupará a seção a seguir.

3- Do NIA ao Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva

Diante da existência de grandes demandas de acessibilidade arquitetônica, física, atitudinal e comunicacional nos campi da UFRJ, a Agência UFRJ de Inovação e a Superest, em conjunto com vários grupos, instâncias e profissionais da UFRJ e parceiros, organizaram o 1º Fórum Universitário de Acessibilidade UFRJ¹ (abril de 2013), que teve por objetivo mobilizar atores no campo da acessibilidade, inovação e inclusão para avaliar estratégias e reunir propostas, focando nas perspectivas de elaboração de um mapa da (in)acessibilidade dos campi, utilizando os princípios da inteligência coletiva e as tecnologias de georreferenciamento.

Foram recebidas 325 inscrições, mas, devido à capacidade limitada do auditório, 185 pessoas puderam ser aceitas. Os participantes constituíram mais de 40 profissões diferentes. Essa grande diversidade dos perfis dos participantes destacou o caráter fundamentalmente transdisciplinar da acessibilidade. Dos participantes, 15% tinham alguma deficiência (motora, visual ou auditiva). Para realizar o evento, foram necessárias algumas intervenções como a ampliação de vagas no estacionamento, adaptação dos banheiros, alteração no auditório com a retirada de duas fileiras de cadeiras fixas para criar espaços para os cadeirantes, além da contratação de interpretes de LIBRAS. Voluntários fizeram audiodescrição.

Uma primeira sessão reuniu intervenções sobre implantação de políticas públicas de inclusão social e direitos humanos, inclusão de surdos através da ciência, experiências em outras universidades, estado da acessibilidade em museus e eventos culturais da UFRJ. A segunda abordou aspectos mais tecnológicos, apresentando propostas de soluções de infraestrutura urbana e de mapas

1 Programação completa em: http://www.reabilitarte.org/eventos/2013/index_forum2013.html



georeferenciados com informações sobre acessibilidade. No segundo dia do Fórum, abordou-se as relações entre acessibilidade e integração-inclusão nos seus aspectos legais, políticos, práticos e afetivos. Uma oficina de planejamento de ações para a elaboração do “Mapa de Acessibilidade da UFRJ” permitiu definir metas e constituir um grupo para elaborar o aplicativo. Outro resultado importante foi a (re)mobilização da rede de pessoas interessadas em discutir e promover acessibilidade na UFRJ, originalmente envolvidas com o NIA.

Para manter viva tal mobilização, apresentar avanços e agregar o maior número de projetos relevantes - sejam estes de ensino, pesquisa ou extensão -, foi decidido que se promoveria um encontro mais amplo, que reunisse todos, para discutir aspectos críticos da implantação de tecnologias assistivas na educação e no trabalho, bem como institucionalizar políticas públicas de acessibilidade.

Conforme esse caráter mais institucional, o IIº Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ² (outubro de 2015) “Conectando Projetos Institucionais em Diálogo com a Sociedade” teve apoio da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, bem como de vários membros da nova equipe dirigente da UFRJ (eleita em 2015). O IIº Fórum foi organizado, a exemplo do primeiro, pela Agência UFRJ de Inovação em parceria com vários grupos, laboratórios, núcleos e profissionais ligados à causa da acessibilidade e de inclusão da UFRJ e externos.

Para melhor divulgar as diversas iniciativas que possam, juntas, contribuir para a construção de uma política institucional internamente integrada, foram projetados curtos vídeos³ apresentando mais de 25 grupos da UFRJ que trabalham com o tema da acessibilidade e inclusão, o que possibilitou o conhecimento dos projetos já consolidados e dos grupos mais recentes, bem como a interação com profissionais de diversas áreas.

Por outro lado, percebeu-se, igualmente, uma maior necessidade de conhecimento e de reconhecimento destes grupos, o que poderia favorecer o desenvolvimento de ações diversas e conjuntas. Para fortalecer tal união e a identidade do grupo, lançamos a nova logomarca da acessibilidade na UFRJ, criando um símbolo que destaca o afeto, e que ficou adotado como identidade visual para o Fórum Permanente.

Uma vez fortalecido o reconhecimento dos grupos atuantes nessas áreas, e afirmada a identidade dos diversos atores individuais como sendo partes integrantes de um esforço coletivo e transversalizante para dar um salto qualitativo e quantitativo nas ações inclusivas na UFRJ,

2 Programação completa em: http://www.reabilitarte.org/eventos/2015/index_forum2015.html

3 Vídeos disponíveis em: http://www.reabilitarte.org/midias_video_2forumacessibilidadeufrj2015.html



reunimos condições mais favoráveis para retomar um diálogo aberto e produtivo com a nova equipe gestora. Esta equipe, sensibilizada com importância da representação participativa das diversidades para se construir uma universidade verdadeiramente universal, e que atenda assim sua missão educadora, por meio da Assessoria da reitoria, imediatamente acolheu, incentivou e promoveu a constituição de um *Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva*. Este Fórum foi lançado, muito oficialmente e com representação de todas as Pró-Reitorias, as quais ele pretende assessorar, no dia 20 de setembro de 2016. O regimento, já aprovado e publicado⁴, foi elaborado de maneira a promover a participação e a representação de todas as pessoas interessadas em colaborar, incluindo pessoas ou entidades sem vínculo específico com a UFRJ, permitindo assim que o movimento possa se beneficiar das experiências de outros indivíduos e instituições (UFRJ, 2016).

4- Desafios e iniciativas de superação

O acesso à educação não se reduz aos conteúdos ministrados ou aos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Ele se afirma também na formação de cidadania. Assim, esta instituição é responsável – conforme é exigido por lei – por garantir condições mínimas de acesso e permanência, desenvolvendo ações que permitam a autonomia e igualdade de condições entre as pessoas que a frequentam.

Todavia, as dificuldades para a transformação da Universidade em um espaço plenamente acessível são muitas e a superação das mesmas depende de estratégias de curto, médio e longo prazo. A demanda de atuação é muito diversificada. A acessibilidade vem sendo construída processualmente, mas ainda faltam adaptações. Em termos de acessibilidade motora, há um número ainda muito insuficiente de banheiros adequados, rampas, elevadores, plataformas de acesso, portas e passagens alargadas. O número de servidores é ainda insuficiente para toda demanda represada na Instituição.

Cabe salientar que os dados institucionais recebidos sobre a população com deficiência, transtorno global no desenvolvimento e altas habilidades/superdotação apresentam lacunas, como por exemplo a dificuldade em se fazer um levantamento fidedigno do número de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tendo em vista, entre outros motivos, o fato de que, muitas vezes, temendo o estigma e o preconceito, os próprios sujeitos não se autodeclaram.

4 Regimento do Fórum Permanente: <https://ufrj.br/acessibilidade>



Como se vê, são inúmeros os desafios que se afirmam e dificultam a circulação autônoma e independente para as pessoas com deficiência na UFRJ. Assim, a construção de propostas para o atendimento da questão da acessibilidade tem de considerar diversos quesitos. Um quesito é o da informação: o grande desconhecimento sobre a situação de pessoas com deficiência e sobre a garantia de direitos estabelecida pelas legislações vigentes. Nesta direção, o Fórum objetiva construir materiais informativos sobre o tema e propor cursos de formação de discentes, docentes e técnico-administrativos em educação, em parceria com diversos atores e instâncias.

Além disso, a acessibilidade, para ser garantida, demanda a interdisciplinaridade entre as diferentes políticas sociais, tais como a saúde, a moradia, os transportes etc. Nesse sentido, outras ações deverão ser efetuadas em futuro próximo.

Para além das dificuldades, o Fórum e a DINAAC têm se esforçado para aprimorar as seguintes ações:

- ✓ Ampliar as parcerias tanto internas à DINAAC (seção de cultura, esporte e lazer; com propostas específicas para pessoas com deficiência) quanto externas (Divisão de Registro de Estudante-DRE e Pró-Reitora de Pessoal-PR4, para levantamento e caracterização do perfil de alunos e servidores que sejam demandantes dessa Divisão) visando a elaboração de ações de inclusão e acessibilidade que atendam às necessidades das populações da UFRJ;
- ✓ Conseguir levantar dados mais fidedignos quanto a pessoas com necessidades educativas especiais na UFRJ;
- ✓ Elaborar novos materiais formativos e informativos (por exemplo, espectro autista);
- ✓ Participar de eventos institucionais (Conhecendo a UFRJ, Semana de Ciência e Tecnologia, Recepção de calouros);
- ✓ Participar de editais (PIBEX, PBPD) com apresentação de proposta de programa integrado com os interesses da DINAAC e do Fórum;
- ✓ Criar/fortalecer comissões de acessibilidade em todos os centros e polos da UFRJ espalhados pela cidade do Rio de Janeiro e pela região fluminense;
- ✓ Trabalhar conjuntamente com a Ouvidoria e a Procuradoria.

Tendo em vista estes desafios e a experiência bem-sucedida dos dois Fóruns (de 2013 e 2015), algumas demandas foram identificadas, por parte dos docentes e técnicos-administrativos da UFRJ quanto à criação de um local de referência, com perfil interdisciplinar, capaz de acolher alunos e servidores com deficiências específicas no âmbito da UFRJ. Para isso, convergiu-se na ideia de buscar, através da Rede de Acessibilidade promovida pelos grupos de pesquisa e da criação de



novas alianças transversais em toda a universidade, apoio para gerar ações estratégicas. Algumas destas ações foram sugeridas no debate promovido durante o evento e constituem nossas atuais metas:

1. Criar um Portal para integrar e orientar a comunidade técnico-científica em torno do tema, no qual poderá funcionar um Fórum virtual que promova uma efetiva e constante troca de saberes em busca de uma universidade e sociedade mais acessíveis;
2. Promover cursos de formação para servidores e alunos da comunidade universitária, com ou sem deficiência, em temas e ferramentas de inclusão e tecnologia assistiva;
3. Assessorar a construção de um website acessível para a UFRJ. Embora já existam alguns produtos, a página da Universidade pode conter ferramentas de acessibilidade mais abrangentes e inovadoras;
4. Inserir na ambientação de novos servidores o tema da inclusão e da acessibilidade através de ações afirmativas de sensibilização para a questão das pessoas com deficiências, e de estimulação da participação em cursos e oficinas;
5. Completar e ampliar o levantamento atualizado das condições de acessibilidade arquitetônicas dos campi da UFRJ com o aplicativo "Mapas de Acessibilidade", através de oficinas de sensibilização e qualificação viabilizando mutirões com alunos voluntários e extensionistas;
6. Formar e equipar setores como bibliotecas e secretarias acadêmicas.

5- Conclusão

No âmbito do Fórum que se desenha é indispensável a criação de uma instância para que se estimule e implemente medidas transversais para a acessibilidade e a inclusão na vida universitária, capazes de interferir e transformar a cultura segregadora em uma atitude institucional inclusiva. Da mesma forma, a nova proposta deverá ceder espaço para o protagonismo das pessoas com deficiência, buscar a visibilidade desse segmento e apresentar à direção central as ações estratégias necessárias para o sucesso da inclusão e participação de todas as pessoas com deficiência ligadas à UFRJ.

De acordo com seu Regimento, o Fórum funcionará em Câmaras temáticas de forma a ampliar e aprofundar os debates e ações institucionais. A elaboração de um plano anual nos ajudará a definir metas a fim de minimizarmos o risco de frustrações já experienciadas pelas iniciativas anteriores.



Por fim, vale ressaltar que a criação do Fórum provocou a mobilização da nossa comunidade universitária de forma positiva e representativa. Ao ser presidido pelo Reitor da UFRJ, a o Fórum expressa o comprometimento institucional indispensável para a real conquista de uma universidade para todos e todas.

Referencias bibliográficas

[BERNARDES, LCG; MAIOR, IMML; SPEZIA, CH; ARAUJO, TCCF \(2009\)](#) Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. *Ciência e Saúde Coletiva* 14(1):31-38.

BRASIL (2000) Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Lei N° 10.098, de 19/12/2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm

BRASIL (2009) Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto N° 6.949, de 25/8/2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRASIL (2015) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei N° 13.146, de 6/6/2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

BRASIL/MEC (2013) Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior - SECADI/SESu, 2013. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17433>

SUPEREST (2012) Relatório de Gestão 2012. Superintendência Geral de Políticas Estudantis, UFRJ. http://superest.ufrj.br/images/Relat%C3%B3rio_condensado5.pdf

UFRJ (2016) Regimento do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva. UFRJ, 2016.